

O ASSISTENTE SOCIAL NOS PROGRAMAS DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NAS
ESCOLAS ESPECIAIS

Trabalho de Monografia apresentado ao
Curso de Especialização em Educação
Especial, do Departamento de Teoria e
Fundamentos da Educação, do Setor de
Educação, da Universidade Federal do
Paraná.

CURITIBA
1985

AGRADECIMENTOS

À professora Roseli Baumel, Mestre em Educação e minha orientadora, pelas dourtas informações que permitiram a conclusão desta monografia.

Devo gratidão também a professora Maria Inês Marins, pela permanente disponibilidade e segura orientação aos profissionais da área de deficientes mentais.

A AUTORA

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Justificativa.....	2
1.2. Formulação e Delimitação do Problema.....	4
2. OBJETIVOS.....	5
3. DEFINIÇÃO DE TERMOS.....	6
4. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	8
4.1. O Serviço Social na Antiguidade.....	9
4.2. O Serviço Social na Era da Cristandade.....	10
4.3. O Serviço Social no Renascimento e nos Tempos Modernos	11
5. CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA E DA TEORIA DO SERVIÇO SOCIAL	17
6. SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E O SEU PROCESSO DE RECONCEITUA LIZAÇÃO.....	22
7. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	33
7.1. Serviços de Educação Especial.....	34
7.2. O Excepcional.....	35
7.3. A Excepcionalidade.....	39
7.4. Caracterização da Excepcionalidade.....	43
7.5. Deficiência Mental.....	43
7.6. Criança Deficiente Física.....	47
7.7. Outras Excepcionalidades.....	48
8. O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO E HA- BILITAÇÃO PROFISSIONAL DO DEFICIENTE MENTAL.....	52
8.1. O Aluno nos Programas de Habilitação Profissional " <i>Mer- cedes Stresser</i> ".....	57
9. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA " <i>MERCEDES STRESSER</i> ".....	60
9.1. O Serviço Social no Centro de Habilitação Profissio - nal " <i>Mercedes Stresser</i> ".....	61
10. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
ANEXOS.....	68

LISTA DE QUADROS

Página

1.	Descrição Sumária de Diferentes Tipos de Serviços ao Excepcional.....	36
2.	Graus de Redução na Medida da Inteligência.....	44

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se caracterizará pela investigação descritiva sobre a importância da atuação do Assistente Social no processo de habilitação profissional de indivíduos deficientes mentais. O Assistente Social desempenha seu papel integrado à área médico-psico-pedagógica, intervindo nas etapas de avaliação, acompanhamento e colocação do deficiente mental, e, paralelamente, extrapolando sua ação a nível de escola, família e comunidade, num processo educativo global.

A insensibilidade de grande parcela da sociedade ainda constitui a barreira da marginalização social em que se encontram adolescentes e adultos portadores de Deficiência Mental.

Sua habilitação profissional e integração social, o lugar reservado a ele na sociedade será sempre à medida da capacidade de seu trabalho socialmente aproveitável, mas será, mais que tudo, a medida do sucesso da intervenção técnica do Assistente Social, junto à comunidade para mudança de padrões de comportamentos bloqueadores do acesso do deficiente mental aos direitos constitucionais previstos a ele como cidadão. Subestimar a mão-de-obra do deficiente mental significa mantê-lo à margem do processo produtivo e desenvolvimento da Nação.

1.1. JUSTIFICATIVA

A educação e o trabalho são, de todas as instituições humanas, as que universalizam a dignidade de vida a que todos os homens têm direito.

Enquanto a Educação, entendida como processo de intensificação da consciência, põe o homem no exercício de sua própria existência, o trabalho assegura ao indivíduo não apenas as condições de sobrevivência, mas a estabilidade afetiva e mental que lhe garantem o equilíbrio pessoal e a harmonia social.

Nesse contexto, a educação e o trabalho constituem, inquestionavelmente, as forças institucionais básicas da promoção humana.

O ideal almejado para o homem contemporâneo tem sido, desde o início da Idade Moderna, o seu desenvolvimento integral como indivíduo, como cidadão, como produtor e inventor, ideal passível de ser conquistado unicamente mediante a educação e o trabalho.

Hoje, o homem é, simultaneamente, recurso e fim. Ele constitui o grande recurso na conquista da satisfação dos anseios dos seres humanos como pessoas capazes de exercer direitos e assumir deveres. Suas dimensões transcendem, portanto, os aspectos puramente econômicos e sociais para assumir, também, o político, o cultural e o espiritual. Ele é seu próprio objetivo.

Nesta assunção, o homem não prescinde da educação e do trabalho. Ambos, em interação, promovem suas capacitações para atuar e transformar seu universo.

E se um e outro representam caminhos seguros para atuar e transformar seu universo, se a pessoa em pleno uso de suas capacidades físicas, mentais e sociais atingir o pleno exercício de sua existência, não o são menos para a pessoa prejudicada em suas potencialidades de iguais ordens.

Se para a vida do indivíduo, considerado física e mentalmente capaz, a educação e o trabalho são de valor inequívoco, também o são, e ainda com maior magnitude, para as pessoas deficientes que precisam construir-se educacional, social e profissionalmente com maior veemência para, não apenas assegurar a própria e difícil sobrevivência e auto-gratificação participativa, mas inclusive para diminuir, se não para eliminar, seu ostensivo grau de dependência geral das pessoas com as quais convive e das circunstâncias em que se inserem.

Dessa forma, o Serviço Social, por tratar-se de uma atividade humana que busca, antes de mais nada, a promoção do homem, vale-se de programas interdisciplinares de educação e profissionalização de pessoas deficientes com vista à sua capacitação e , portanto, à uma ação transformadora de sua realidade pessoal e da realização social que as circunscreve.

A prática do Serviço Social, neste sentido, têm por objetivo possibilitar que, pela educação e pelo trabalho, as pessoas deficientes não se entendam como pessoas isoladas ou marginalizadas do contexto social, mas que se percebam como pessoas plenas, parcelas valiosas de uma totalidade social que não dispensa, para seu equilíbrio, de seu concurso e participação.

Assim, o presente trabalho pretenderá fazer um estudo e uma análise sobre a influência do Assistente Social no processo de habilitação profissional de pessoas com deficiências mentais, bem como verificará as ações do Assistente Social nesse processo e, de algum modo, colaborará, através de seus resultados, na geração de sugestões, de alternativas úteis a sua concretização , incremento e aperfeiçoamento.

1.2. FORMULAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A partir do pressuposto de que o Serviço Social constitui atividade humana de participação e promoção da pessoa e de que esta participação supõe "*o por-se em movimento*" Assistente Social e assistido, interessa conhecer:

Qual é o papel do Assistente Social mobilizado em programas de habilitação profissional de deficientes mentais?

2. OBJETIVOS

Este estudo tem por objetivos:

- Evidenciar a importância da participação do Assistente Social em programas interdisciplinares de habilitação profissional de deficientes mentais.
- Explicitar o papel do Assistente Social no processo de habilitação profissional de deficientes mentais.

3. DEFINIÇÃO DE TERMOS

Serviço Social - *"Serviço Social é um processo metódico, técnico, organizado, conduzido, de intervenção na realidade humana (individual, grupal e comunitária), visando a desencadear um processo de capacitação que conduza o homem a uma realização individualizada da condição humana"* (VIEIRA, 1977).

Assistente Social - Assistente Social é o profissional graduado em Curso de Serviço Social, com duração de quatro anos, diploma registrado no Ministério de Educação Cultura e inscrito no Conselho Regional de Assistentes Sociais. Habilitado a atuar nas diversas situações sócio-problemáticas, nas áreas: educacionais, de saúde, comunitária e empresarial, através de abordagens individuais, grupais e em comunidade.

Educação - *"Educação é o desenvolvimento do indivíduo , por um sistema intencional de meios, até um estado em que possa alcançar autonomamente seu destino"*. (SANT'ANNA, 1979, p. 156)

Trabalho - *"Trabalho é não só a interação do homem com o meio, mas também o resultado dessa interação"* (ROMANELLI, 1978).

Habilitação - *"Habilitação é um processo educativo que busca melhor integrar a pessoa a seu meio ambiente"* (PEREIRA, 1977).

Capacitação - *"Capacitação é um processo em virtude do qual os homens se habilitam para melhor atuar em sua realidade "* (KISNERMAN, 1974).

Habilitação Profissional - Habilitação Profissional é a condição resultante de um processo através do qual uma pessoa se torna capaz para o exercício de uma profissão ou ocupação técnica.

Deficiência Mental - Deficiência Mental é um estado de parada ou de desenvolvimento intelectual incompleto, causada por múltiplos fatores que atuam isoladamente ou em combinação sobre o indivíduo em formação.

4. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Fazendo-se um apanhado retrospectivo sobre o Serviço Social na procura de suas origens, e partindo-se do princípio de que todas as ciências e disciplinas evoluíram porque encontraram no decorrer dos séculos, homens e mulheres que estudaram os fenômenos específicos tratados por essas ciências e disciplinas, reconceitualizando-as e reoperacionalizando-as, também no Serviço Social ocorreu e ocorre esta evolução.

O estudo de vida e dos trabalhos dos primeiros líderes de uma profissão são um exemplo, de que os homens podem fazer a história. Esta possui uma unidade sistemática de sucessão de "*figuras*", de multidões, de atitudes culturais que se desenvolvem e de multidões de "*vínculos*" inter-humanos que se encontram. No continuar da história, existe um fio condutor que se repete, se transforma em certos aspectos, mas, permanece e pode ser identificado no espaço e permite chegar à essência dos fenômenos. É uma seqüência de acontecimentos que explica o presente, ajuda a compreender o passado e prepara o futuro. Os pioneiros do Serviço Social, Juan Luiz VIVES e São Vicente de Paula, introduziram idéias e conceitos que orientaram da "*caridade*", da "*assistência*", dos "*trabalhos sociais*" e cujo pensamento até hoje é aceito. O conhecimento desses teóricos não é sem interesse para compreender o Serviço Social de hoje, porque eles representam uma síntese de tempo e mostrarem os trabalhos sociais naquelas épocas e como eles procuraram introduzir novas idéias que, se não influíram diretamente sobre a época, repercutiram nos séculos seguintes.

O desenrolar dos fatos históricos que marcam, no tempo e no espaço, o Serviço Social e contexto onde este se coloca, levam a compreender porque, na época atual, o Serviço Social se apresenta desta ou daquela maneira nos diferentes países. É também pelo estudo do que é hoje o Serviço Social que se pode compreender, por comparação, porque outras formas de ajuda ao próximo foram adotadas em épocas passadas.

A história do Serviço Social tem sido tema de vários estudos por autores tanto da América Latina, tais como Natalio Kisnermann, Ezequiel Ander Egg, como da América do Norte, dentre os quais destacam-se Mary Richmond. Para melhor caracterizar a evolução do Serviço Social, sentiu-se necessidade de apresentar a então "*ajuda aos pobres*" no mundo: o Serviço Social na Antiguidade, na Era da Cristandade, nos tempos modernos e na época atual. Assim, poder-se-á situar o Serviço Social, dentro do contexto de desenvolvimento, periodizando sua evolução, processo de reconceitualização pelo qual está passando, mais especificamente a nível nacional, tanto no que diz respeito à sua filosofia quanto ao seu instrumental metodológico.

4.1. O SERVIÇO SOCIAL NA ANTIGUIDADE

A pobreza era o estado daquelas pessoas que não contavam com meios de subsistência, ou porque eram velhos ou doentes, ou porque não tinham arrima para sustentá-los, como as viúvas e as crianças, orfãs e abandonadas, embora o sistema econômico da época buscasse oferecer trabalho para todos os membros da tribo ou da clã.

A crise econômica acontecia pelo surgimento das guerras , invasões, catástrofes. Era, então, de responsabilidade da família, clã ou tribo assistirem aos pobres, aos velhos e aos abandonados, variando tal assistência conforme costumes, usos e crenças de cada grupo.

Sendo esses acontecimentos aceitos como ordenados e comandados pelas diversidades, não cabia ao homem intervir nele. Os sacerdotes, como delegados da diversidade, tinham o encargo de curar os males físicos e aliviar outros problemas que por acaso surgissem.

Os templos eram, portanto, e ao mesmo tempo ambulatórios, hospitais e dispensário de esmolas.

Às autoridades governamentais cabia intervir somente nos períodos de calamidade pública, distribuindo alimentos armazenados.

4.2. O SERVIÇO SOCIAL NA ERA DA CRISTANDADE

O advento do cristianismo transformou o conceito de caridade: *"todos os homens, de qualquer nacionalidade ou raça, são irmãos, ser pobre ou doente não constitui castigo de Deus, mas consequência da imprevidência individual ou das circunstâncias"*.¹

Ajudar os pobres, recebê-los era meritório, pois ele representava a própria pessoa do Salvador. A caridade constituía , assim, para quem a dispensava, um meio de alcançar méritos para a vida eterna: *"A caridade é consequência do amor, resposta do homem e este amor, manifesta-se sobre tudo nas boas obras"*.² Na

Idade Média cabia às paróquias o privilégio de administrar as obras da caridade e, para este mister, as mesmas tinham direito de angariar fundos através de taxas e impostos.

Nos séculos XVIII e XIX, surgiram congregações religiosas dedicadas especialmente à assistência social, auxílios materiais, visitação domiciliar, assistência hospitalar e outras atividades. Nasceram, igualmente, as irmandades leigas que instituíram vários sistemas de auxílios mútuos para seus membros e que se expandiram no novo mundo sob influência da Espanha e de Portugal.

Assim, a função dos governos-reis e imperadores- passou a limitar-se à defesa do território e à manutenção da ordem interna, embora auxiliassem também as obras de caridade.

4.3. O SERVIÇO SOCIAL NO RENASCIMENTO E NOS TEMPOS MODERNOS

A reforma protestante ocasionou o rompimento com a unidade religiosa; estabelece-se a era da secularização, do humanismo e, mais tarde, do racionalismo.

Entende-se por secularização a libertação do homem em primeiro lugar, do controle religioso e depois do controle metafísico sobre sua razão e sua linguagem. É o desaguihoamento do canudo da compreensão religiosa ou semi-religiosa de si mesmo, banimento das concepções fechadas do mundo, a ruptura dos mitos sobrenaturais e símbolo sagrados. Não significa esta concepção ser antireligioso, pelo contrário, Harvey COX "... *coloca o mundo e a religião nos seus devidos lugares e permite assim o pluralismo e a tolerância*".³ Assim, a pobreza é vista como uma consequência das condições sociais e à sociedade cabe o dever de ajudar os pobres, que passam a ter direito a esta assistência.

Nesta fase, pois, surge uma nova concepção da caridade sob influência de alguns escritores, entre eles Jean-Jacques ROSSEAU; nasce a Filantropia, ou seja, a caridade secularizada.

Destacam-se grandes personagens, colaboradores na sistematização da ação filantrópica: Jean Luis Vives e São Vicente de Paula.

No século XVI, o Estado começa a intervir no campo da caridade com idéias e atitudes novas. Passa então a se interessar pelo bem-estar do povo invadindo o domínio social. Dentre os países que assim agiam, destacam-se a França, a Inglaterra, a Dinamarca e a Suécia, legislando com a promulgação de um código de assistência.

O século XIX difere dos anteriores em seu contexto. A industrialização modifica completamente o cenário econômico e familiar. É necessário utilizar-se de mão-de-obra não só masculina mas também feminina e até infantil: *"Obriga as famílias a mudarem-se para junto dos centros industriais resultando um crescimento desordenado das cidades"*.⁴ Na Europa consolidaram-se, então, os princípios de São Vicente de Paulo e de Vives através de numerosas fundações religiosas e leigas. Também através, principalmente, das entidades particulares, a prática da caridade e da Assistência Social começa a organizar-se.

Por isso, o século XIX pode ser considerado como o século da Organização da Assistência Social. Até este século, as instituições Família, Igreja e Estado foram os que mais influenciaram a noção de ajuda.

A partir do século XX entra em cena outro tipo de instituição: as entidades internacionais, que procuram levar os diferentes países a um consenso sobre a noção de ajuda, agora denominada Serviço Social.

Três entidades internacionais desempenharam papel notável na evolução do Serviço Social: a União Internacional do Serviço Social (UCISS), a Conferência Internacional do Serviço Social (CISS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), através de suas agências especializadas - UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), FAO (Fundação para Alimentação e Agricultura) e OIT (Organização Internacional de Trabalho). Em relação ao Serviço Social, seus empreendimentos tiveram um papel decisivo no progresso das técnicas científicas.

A partir das diferentes concepções dos diversos modos de estudo do Serviço Social nos vários países durante o século XX ; Arthur F. FINCK diz que: *"Nosso conceito de Serviço Social depende da evolução das idéias quanto à responsabilidade e do estado, na promoção do bem-estar de seus membros"*.⁵ A primeira diferença que se apresenta está na denominação dada à ação de ajudar. Na Europa de língua francesa adotou-se o nome de Serviço Social; nos países de língua anglo-germânica e nos Estados Unidos, o de Social Work. A palavra "serviço" do latim "servitium", designa uma atividade "feita para outrem". Trabalho da raiz latina - (trabs, trabes, trave - significa carga que se impunha ao escravo para obrigá-lo a trabalhar); é toda a atividade para qual o homem, no exercício de sua força física ou mental, direta ou indiretamente transforma a natureza para colocá-la a seu serviço.

A palavra "*social*" vem de "*sociedade*" e, assim, "*social*" é o que se relaciona com sociedade, a qual, por sua vez, pode ser definida como união durável em vista do bem comum. Na Europa, diz Eugen PUSIC, da Universidade de Sagres, Iugoslávia, "*o Serviço Social se desenvolveu a partir de duas fontes: de um lado, a caridade, e de outro, a noção de que os problemas sociais eram uma espécie de doença social. Consideravam esses problemas como uma disfunção da sociedade e que tinham o Serviço Social como um instrumento administrativo, respeitando os direitos individuais, mas uma abordagem autoritária*".⁶ Na França, os pobres, os necessitados eram considerados pessoas incapazes de resolver seus problemas; por isso eram procurados para serem ajudados. Já nos Estados Unidos a situação é diversa. Imigrantes viviam com suas famílias e seus bens para um povoamento e se instalar definitivamente no novo continente para trabalhar para si e não para a metrópole, para governar e praticar a sua religião sem constrangimento de classes ou do governo. Com a industrialização, sérias situações sociais, problemas individuais e familiares refletiam-se nas comunidades. Era necessário, então, organizar o trabalho e os recursos para combater os males sociais.

O trabalho social procura utilizar as potencialidades humanas em forma de serviços diretos e indiretos, compreendendo dois objetivos:

- criar condições para uma vida melhor;
- desenvolver nos indivíduos capacidade para ter essa vida melhor.

Nesta prática há uma noção de igualdade, de direitos e deveres para todos. Já na prática de Serviço Social existe uma hierarquia, sendo que o grau mais alto pertence ao carente e até ao desajustado. Nem sempre esta noção encontra-se presente nos agentes do Serviço Social, que consideravam o carente como incapaz e tendiam a uma atitude autoritária frente a uma situação de dependência do cliente, sendo que o trabalho social ocupa-se de trabalhadores sociais, e o Serviço Social ocupa-se de Assistentes Sociais, com a função de assistir e colocar-se à disposição daqueles que deles necessitassem. Percebe-se, nesse caso, um desenvolvimento da noção de caridade e, junto com ela, a da assistência social também, segundo o quadro apresentado por VIEIRA:

- da assistência paliativa e curativa para uma assistência preventiva e construtiva;
- da assistência mútua aos programas de bem estar, dentro de uma classe, à idéia do direito de todos a esse bem-estar;
- da beneficiência concedida por preferência a assistência por direito;
- da assistência impositiva a participação ativa;
- da assistência em massa à individualização;
- do isolamento à proteção da unidade familiar;
- da assistência intuitiva ao serviço técnico;
- do auxílio dado por leigo ao trabalho profissional;
- da assistência privada à ação dos governos;
- do ataque de problemas isolados ao relacionamento da interrelação de todos os problemas da comunidade.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1. VIEIRA, Balbina Ottoni. História do serviço social. Rio de Janeiro, Agir, 1978. p. 32.

2. _____. _____. p. 41.

3. COX, Harvey. A cidade de Deus. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1958. p. 31.

4. BARREX, Juan. História del servicio social: hoy en el servicio social, nº 16/17, 1973. p. 23.

5. FINCK, Arthur F. The field of social work. In: VIEIRA, Babina Ottoni. op. cit., p. 97.

6. PUSIC, Eugen. Orientations nouvelles du travail social en Europe. In: VIEIRA, Balbina Ottoni. op. cit., p. 13.

7. VIEIRA, Balbina Ottoni. op. cit., p. 27.

5. CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA E DA TEORIA DO SERVIÇO SOCIAL

No ano de 1932, Renê SAND, ao analisar os relatórios dos países que participaram da primeira Conferência Internacional do Serviço Social, observou: *"o estudo nas várias partes do mundo , em geral enfrenta os mesmos problemas, recorrendo quase que universalmente aos mesmos métodos, influenciados pelos seguintes fatores: o progresso das idéias de solidariedade, o aperfeiçoamento das ciências e das técnicas sociais e, enfim, a industrialização e a urbanização"*.¹ O Serviço Social adotou, nos diferentes países, formas diversas e variadas de ação resultantes das condições econômicas, da constituição política do país e das tradições de cada povo.

Por isso, Renê SAND nos apresenta diferentes modelos em diversos papises:

a) Cita a França como país adotante do modelo esquematizado, onde os serviços sociais públicos ou privados são mais nitidamente separados do que em qualquer outro país. O serviço público tem características mais administrativas do que técnicas. O serviço privado é muito mais flexível constantemente preocupado em resumir as verbas necessárias a sua manutenção.

b) A Inglaterra é a adotante do serviço social coordenado.

Sendo a primeira vítima a sofrer resultados do início da industrialização, não deixou de ser o primeiro país a inovar matéria de assistência social aos necessitados, organizou o primei

ro serviço de enfermeiras visitadoras. Neste país, criou-se em 1919, o primeiro ministério, agrupando administração de higiene, assistência, previdência, habitação e humanismo.

c) O modelo sistematizado é representado pela Itália Fascista: *"O novo regime impõe a disciplina dos esforços e a hierarquia das funções. Através de soluções gerais e radicais, desejou proteger o indivíduo e a família para que suas forças duplicadas se colocassem a serviço da nação"*.² Tinha como meta o aumento da população e medidas sanitárias.

d) O modelo generalizado é o da Alemanha da República de Weimer, em 1919; desenvolveu no país um sentimento de responsabilidade coletiva e a população esperava a intervenção do poder público.

e) Na U.R.S.S. é adotada um modelo racionalizado. O estado administra todos os serviços destinados aos trabalhadores. Com base no comunismo é nacionalizada e generalizada a Assistência Médica e o ensino. Para que se tivesse direito à assistência era mister pertencer à classe de trabalhadores, manifestar deficiência de sua capacidade de produção e não possuir meios de subsistência.

f) Por fim, os Estados Unidos estabeleceram um modelo individualizado. Os serviços públicos e privados funcionam à base do estudo de cada caso dentro de um sistema descentralizado, responsabilizados os Estados e Municípios pela administração da assistente social.

Outra classificação conhecida e empregada até a metade do século divide o serviço social por campos de ação: família, menores, escolas, saúde, empresas, delinquência, meio rural e outros.

Resguardando as diferenças do Serviço Social nos diversos países, de uma maneira geral ele desenvolve, teórica e praticamente, no mundo, os processos do caso, grupo e comunidade.

O Serviço Social de caso passou a ser considerado como método básico para o Serviço Social, com suas etapas metodológicas de: estudo, diagnóstico e tratamento. O Serviço Social de grupo passou do campo da recreação ao da educação de adultos, levando, assim, a uma diferenciação de *"terapia de grupo"* empregando *"dinâmica de grupo"*, como processo de situações no ensino e na supervisão do Serviço Social, e na prática do assistente social, Junto às instituições, como a tipologia de grupos de crescimento, desenvolvimento social e adaptação social. Para a abordagem comunitária, o assistente social passou a procurar a identificação dos técnicos de ação social para diferenciá-la do processo de organização de comunidade. Passou-se então a considerar, em sentido restrito, Serviço Social, *"como um método pelo qual os indivíduos, os grupos e as comunidades são ajustados por profissionais devidamente formados em instituições de ensino especializadas, a identificar suas necessidades e interesses e a promover os meios para solucionar ou satisfazê-los"*³. Esta definição mostra que, na primeira metade deste século, o Serviço Social reconheceu a necessidade de uma filosofia do homem e da sociedade para ajudá-lo através do processo de abordagem individual, grupal e comunitário, devendo esses serem metódicos e técnicos para intervir na realidade, saindo de uma esfera essencialmente empírica para adoção de um método científico.

As teorias psicológicas do Serviço Social de casos e os princípios de não diretividade, "*centrados no cliente*", assinalados pelo assistente social, faziam-nos, equiparar as comunidades ao cliente, individualizando-as, dando-lhes direito de decisão , escolha e responsabilidade, execução e potencialidades ainda, até então não desenvolvidas.

O aspecto humanista e cristão da cultura conservou e desenvolveu no relacionamento do Serviço Social uma qualidade de empatia, interesse e dedicação, necessárias a um agir verdadeiramente humano.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1. SAND, René. Le service social atravers le monde. Paris, Armand Colin, 1932. p. 71.

2. _____. _____. p. 73.

3. NORTHERN, Helen. Serviço social com grupos. Rio de Janeiro, Agir, 1974. p. 47.

6. SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E O SEU PROCESSO DE RECONCEITUALIZAÇÃO

Este capítulo enfoca aspectos referentes à história do Serviço Social no Brasil, bem como o seu processo de reconceitualização. Além de serem utilizadas várias referências bibliográficas, tomou-se por base: Serviço Social e Filosofia, de Antonio Geraldo de Aguiar, e Reconceituação do Serviço Social, de Myrtes Aguiar Macedo, por se considerar essas obras abrangentes em relação ao tema.

O Serviço Social foi introduzido no Brasil na década de 30. Conforme Arlete Alves LIMA, *"não pode ser analisado como um fato isolado mas como decorrente de uma situação histórica de um processo cumulativo de acontecimentos na sociedade brasileira nos setores políticos, econômicos, social e religioso"*.¹

O desenvolvimento do Serviço Social se processou a partir do movimento de ação social. Esta contava com a participação de leigos no desempenho de trabalhos sociais concretos, em consonância com o pensamento da Igreja Católica, frente sua proposta de Doutrina Social, a qual propõem a renovação de uma sociedade mais cristão.

Os participantes desta ação social, sentindo necessidade de uma ação mais coerente e organizada, procuram estruturar cursos e semanas sociais para aprofundamento nos assuntos referentes à sua formação.

A partir da Primeira Semana Social, nasce a idéia da organização de um plano de ação social, surgindo assim o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), em 1932, cuja finalidade básica é o *"estudo e a difusão da doutrina social da Igreja e a ação social dentro da mesma diretriz"*, de acordo com citação feita por Antonio Geraldo de AGUIAR em Serviço Social e Filosofia.²

O CEAS promove cursos de aprofundamento, como: formação espiritual, formação social e outros. A partir daí, surgem necessidade de fundação de escolas que possibilitem uma maior formação técnica e moral para o trabalho social. Nasce, então, a primeira Escola de Serviço Social, em 1936, na cidade de São Paulo e, no ano seguinte, no Rio de Janeiro.

No início o Serviço Social preocupava-se mais com o aspecto moral, voltado para a justiça, solidariedade e caridade, tendo por *"pano de fundo"* a visão neotomista. A formação técnica só passou a tomar ênfase a partir da influência americana. Aos poucos vai se impregnando a visão funcionalista com relação a métodos e técnicas.

O Serviço Social passa a ser regulamentado como ensino através da Lei nº 1.889/53, aprovada a mesma pelo Decreto 35.311, de 08/04/54, no governo de Getúlio Vargas.

No governo de Juscelino Kubitschek, em 1956, o Brasil assume uma ideologia desenvolvimentista que proporciona a formação das multinacionais. Tal contexto político-econômico favorece a entrada do Serviço Social no trabalho comunitário, desenvolvido conjuntamente com o governo vigente.

Na década de 60, período do governo Jânio Quadros, estruturou-se, a nível continental, a Aliança para o Progresso, que objetivava as garantias políticas vistas como necessárias para manutenção e expansão do poderio econômico ocidental.³ A mesma concretizou-se através de inúmeros projetos, nos quais o trabalho comunitário recebe grande ênfase. Estes projetos possibilitaram a participação do Serviço Social em maior proporção.

Em 1961 ocorreu o Encontro da União Católica Internacional do Serviço Social com o tema "*Perspectivas Cristãs de uma Promoção Humana e Social*", a partir do qual surgem idéias de apoio aos movimentos de educação de base (MEB) da Igreja Católica. Observa-se, então, o enfoque da formação do profissional em Serviço Social, na época.

Em 1962 realizou-se a XI Conferência Internacional do Serviço Social com o tema "*Desenvolvimento de Comunidades Urbanas e Rurais*" e, a partir daí, ressalta-se o fato de o desenvolvimento econômico só ter sentido com o desenvolvimento social.

Nos encontros realizados pelas Escolas de Serviço Social do Nordeste (1963-64) saem novas propostas para um maior comprometimento com as lutas do povo, tendo em vista uma

*reformulação do Serviço Social frente às novas necessidades provindas do presente contexto social. Portanto, desde os anos 60 até 64, percebe-se a presença de várias posturas do profissional do Serviço Social em Comunidade. A partir de 60, vemos a presença de assistentes sociais que continuam dentro da visão acrítica que sempre tiveram. Outras são partidárias de reformas, de mudanças equilibradas dos processos da sociedade. Assumem uma postura reformista, não colocam em xeque a ordem social estabelecida. Procuram para isso adequar o Serviço Social para essa tarefa buscando novas técnicas e querendo impor-se como científico.*⁴

Em 1965 realizou-se o Seminário Regional do Serviço Social, tendo por tema *"Serviço Social em Face as Mudanças Sociais na América Latina"*, abordado sob um enfoque desenvolvimentista; mesmo assim levantaram-se conclusões, como: a atuação do Serviço Social em equipes governamentais, preocupação com a mudança da mentalidade do povo, da cúpula e outros.

Concluindo: *"por muito tempo os assistentes sociais encontraram no desenvolvimento e na Aliança para o Progresso a justificção para sua profissão, não percebendo que o desenvolvimento do sistema capitalista não é a solução para os países subdesenvolvidos"*.⁵

Após o Golpe de Estado, de 1964 a 1967, permanece a idéia da necessidade de se executar reformas, porém não estruturais, tomando o Serviço Social em *"postura assistencialista, apesar de todo rigor técnico e científico"*.⁶

A partir de 1967 o Serviço Social procurou, através de Seminários de Teorização, sistematizar seu instrumental metodológico. Foram realizados até o presente momento três seminários, os quais não esgotaram as discussões a respeito das formulações metodológicas devido à multiplicidade de idéias. O primeiro seminário realizou-se em Araxá (MG), em 1967; o segundo em Teresópolis (RJ), em 1970, e o terceiro em Sumaré (RJ), em 1978.

Em Araxá procuram sistematizar a metodologia sob uma perspectiva genérica, imbuída do espírito desenvolvimentista, tendo por fundamento a *"integração do Serviço Social no processo de desenvolvimento, propondo uma abordagem técnica operacional em função do modelo básico de desenvolvimento"*.⁷

Já no documento de Teresópolis foram discutidos três temas: *"Fundamentos da Metodologia do Serviço Social"*, *"Concepção Científica da Prática"* e *"Aplicação da Metodologia do Serviço Social"*. Visando a aplicar, na prática, as propostas estudadas, bem como a investigá-las sistematicamente, a fim de se avaliar sua verificabilidade, pois só assim seria possível concluir corretamente sobre as conceituações do Serviço Social e não apenas informar como ele procede, mais como o é.⁸

No documento de Sumaré a proposta inicial era a *"continuidade dos estudos de teorização do Serviço Social"*, iniciado em Araxá; porém a mesma foi alterada, levando em consideração o fato de ser um documento de valor histórico, bem como a necessidade de compreensão de novas proposições referentes à metodologia do Serviço Social, como a fenomenológica e a dialética, que exigem *"um esforço de crítica e formulação teórica"*.⁹

Através dessa seqüência histórica do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, percebe-se que a partir do Documento de Araxá, em 1967, iniciou-se a sistematização teórico-metodológica. Logo, considera-se este o primeiro momento de elaboração metodológica para a prática profissional, comprometida por sua vez com a ideologia desenvolvimentista.

Alguns autores atribuem ao documento de Teresópolis o início do processo de reconceitualização, por este enfocar a restauração dos métodos tradicionais, tomando por base as colocações de Myrtes A. MACEDO, em sua dissertação de mestrado,¹⁰ quando se refere ao posicionamento de Herman Kruse. Observa-se que esta autora considera a reconceitualização ramificada em duas linhas: interna e externa. Já segundo definição de Ander EGG:

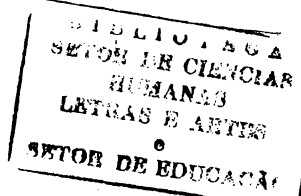
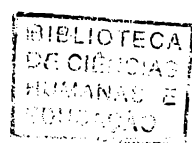
*Casi sin excepci3n, los trabajadores sociales que han planteado m3s profundamente el problema de la reconceptualizaci3n, han optado por la conveniencia de elaborar una nueva metodologia, o para ser m3s preciso, un nuevo m3todo. Aun en esta opci3n se dan variantes, pero que pueden reducirse a dos: - um m3todo apoyado en el estructural - funcionalismo de tipo desarrollista (con lo qual se queda en Serviço Social reconceptualizado), o - un m3todo fundamentado en una concepci3n dial3ctica, o sea, cr3tica revolucion3rio (con lo que se passa del Serviço Social el Trabajo Social).*¹¹

Os representantes do Serviço Social no Documento de Teres3polis (Lucena Dantas e Tecla M. Soeiro), enquandram-se na primeira variante, onde procuram criar procedimentos metodol3gicos b3sicos para diferentes abordagens (Serviço Social de Caso; Serviço Social de Grupo; Serviço Social Comunidade).

Ao se considerar a reconceitualizaç3o a partir da segunda variante, n3o se pode conceder ao Documento de Teres3polis o in3cio da reconceitualizaç3o, uma vez que n3o houve rompimento com o marco referencial metodol3gico estrutural-funcionalista-desenvolvimentista para interpretaç3o e mesmo transformaç3o da realidade social.

Alguns autores brasileiros, Vicente de Paula Faleiros, B3ris Alex de Lima e outros, no entanto, procuram construir um m3todo profissional atrav3s da ligaç3o pr3tica-te3rica, tendo por base o modelo dial3tico o qual, ao mesmo tempo que procura conhecer e analisar a realidade, busca transform3-la.

Nota-se ent3o que, a partir de tal conotaç3o do movimento da reconceitualizaç3o no Brasil, torna-se vagaroso o caminhar com relaç3o a outros pa3ses latino-americanos at3 o in3cio de 1980.



Observando-se o contexto político-social da América Latina (AL) e do Brasil, podemos compreender que em outros países latinos, como, por exemplo, o Chile, o Serviço Social foi implantado nos moldes europeus, assim como no Brasil, porém em período anterior. Da mesma forma a própria implantação da política desenvolvimentista, política esta contida no governo de Vargas pelo desenvolvimentismo nacionalista que, nos governos seguintes, sofre ruptura por um desenvolvimentismo associativo, o qual, por sua vez, leva o Brasil à dependência internacional. Nesse período todos os conflitos sociais são restringidos pela política interna. Os profissionais são tolhidos quanto à implantação de novas práticas. Com a "*Abertura Democrática*" é que ocorrem manifestações mais evidentes a respeito da realidade social.

Determina-se, então, que o movimento de reconceitualização, a partir de tal ótica, começa a tomar forma mais consistente e geral no final da década de 1970 e no início da década de 1980.

O processo de reconceitualização do Serviço Social no Brasil preocupou-se excessivamente nos últimos anos com o discurso teórico e com as grandes linhas metodológicas, dando pouca importância à transformação social. Tal processo estimulou a emergência de práticas alternativas autônomas, visando a concretizar os propósitos referentes no discurso teórico. Esse posicionamento revela grande valor no processo realimentador da prática profissional na proposta de libertação social. Porém, não pode ocorrer isolada e paralelamente, pois não contribui para a revisão e a superação da prática profissional como um todo. Cabe ressaltar, no entanto, a importância da prática, hoje, como realimentadora da teo

ria em Serviço Social, pois teoria e prática, conforme Maria do Carmo FALCÃO, é um binômio dialético que se realimenta mutuamente. Realizando teoria, cria, e a partir da prática, age.¹²

Constata-se, pois, que o revelar da articulação do processo de reconceitualização vem se manifestando com as discussões e reforma curricular, com os questionamentos das novas reformulações metodológicas, e com a própria formação profissional nas entidades de ensino, bastante em voga no momento, as quais estão sendo encaminhadas através da proposta da ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), a nível nacional.

A reconceitualização no Serviço Social, voltada para a práxis social, requer um compromisso eminentemente político-ideológico, voltado para as *"classes subalternas, ou seja, a serviço da afirmação de um novo poder, o popular"*.¹³ Uma vez comprometido com as classes subalternas, deve criar espaços e estratégias que possibilitem contornar os limites e o autoritarismo de forma a colocar tal prática a serviço do povo.

A práxis, inserida no contexto da prática profissional, presupõe a *"participação consciente e crítica, bem como uma ação conjunta dos homens no processo de transformação social. Ela se realiza através da prática social e somente assim poderá transformar a organização social e realizar mudanças mediante a atividade do Estado"*.¹⁴

A prática social do Serviço Social, conforme Maria do Carmo FALCÃO, não possui um espaço exclusivo. Somente um esforço comum e globalizante de trabalhadores sociais possibilitará um novo sentido a esta prática social.

A prática social desenvolvida até então pelos trabalhadores sociais se processa no espaço institucional, e as independentes destes limites institucionais se expressam, por exemplo, pelos movimentos sociais populares onde muitos trabalhadores sociais se encontram engajados.

O Serviço Social comprometido e engajado com o povo, numa práxis política, reporta suas atividades para a construção de uma teoria (conhecimento) voltada para a transformação social. Portanto, está empenhado em encontrar meios e formas de maior aproximação para compreender a realidade juntamente com o povo. Empenha-se, então, na participação para mobilização e organização social da sociedade na conquista de espaços onde possa concretizar a prática social.¹⁵

A "práxis social não é ajustadora e nem imediatista. Sua ação é mediata porque pretende transformação, transcende e recria a teoria que a coordena".¹⁶

No processo de ação profissional, segundo Mário BARBOSA, configuram-se níveis e fases, correspondendo os primeiros aos níveis externos, conceitual e racional. As fases são de aproximação para sensibilização, mobilização, organização, investigação significativa (e participante), interpretação (discussão e difusão) do diagnóstico, programação, implementação, execução e controle revisão e sistematização geral. Os níveis e as fases estarão indissolivelmente interagindo, porém, com manutenção de ambas as atividades, teóricas e práticas.

A prâxis sô é entendida como tal quando reflete uma ação conjunta onde "*clientes*" e assistentes sociais trabalham as relações sociais concretas, onde participação-libertação é a finalidade mediante a matéria transformada.

A proposta de reconceitualização do Serviço Social com vistas à libertação social encara, portanto, como única "*saída libertadora*", a prática coletiva.

Confôrme relata Maria do Carmo FALCÃO (1973), somente a leitura crítica do cotidiano vivido, a reflexão conjunta e a ação organizada dos grupos populares permitirão a superação libertadora do ciclo da pobreza e exclusão, em que a reflexão e a ação organizadas desses grupos populares resulta na expressão e afirmação de um poder popular na eleição de propostas e prioridades sociais e políticos. Logo, a saída coletiva depende de uma prática que alimenta a reflexão e a ação organizadas dos grupos na busca da satisfação de necessidades comuns. A prática social assim concebida tem uma dimensão educativa e política.

Mas de uma maneira geral, a prática do Serviço Social dá-se junto às instituições sociais que executam a política social do Estado, prestando atendimento social à população. Entre essas instituições existem aquelas voltadas para a educação especial, nas quais o assistente social está presente como membro integrante de uma equipe multidisciplinar.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1. LIMA, Arlete Alves. Serviço social no Brasil e a ideologia de uma década. 2. ed. São Paulo, Cortez Editora, 1982. p. 13.

2. AGUIAR, Antônio Geraldo. Serviço social e filosofia: das origens a Araxã. São Paulo, Cortez Editora, 1982. p. 29.

3. _____. _____. p. 92.

4. _____. _____. p. 104.

5. _____. _____. p. 104.

6. _____. _____. p. 105.

7. DOCUMENTO DE ARAXÃ. Debates Sociais, suplemento nº 4, 5. ed. Rio de Janeiro, CBISS, 1967. p. 10.

8. DOCUMENTO DE TERESÓPOLIS. Debates Sociais, suplemento nº 4, 5. ed. Rio de Janeiro, CBISS, 1968. p. 14.

9. DOCUMENTO DE SUMARÉ. Debates Sociais, suplemento nº 8, 2. ed. Rio de Janeiro, CBISS, 1980. p. 7.

10. MACEDO, Myrtes de Aguiar. Reconceituação do serviço social. Formulações diagnósticas. São Paulo, Cortez, 1981. p. 28.

11. _____. _____. p. 29.

12. FALCÃO, Maria do Carmo B. A prática direta no serviço social. 2. ed., São Paulo, Cadernos PUC, 1973. p. 7, v. 10.

13. _____. _____. p. 8.

14. BARBOSA, Mário da Costa. O serviço social como práxis. Serviço social e sociedade. São Paulo, vol. 6, 1971. p. 37.

15. _____. _____. p. 38-39.

16. _____. _____. p. 39.

7. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Educação especial é expressão comum entre educadores para se referir à educação para excepcionais.

Convém frisar que a educação especial não constitui um tipo de instituição social à parte da educação comum e, como tal tem por filosofia e prática a humanização do homem. Neste sentido, pretende oferecer ao excepcional condições de desenvolvimento de suas potencialidades com vistas à auto-realização e à integração social.

*A educação especial é a que se ocupa especificamente da criança excepcional, complementando e/ou suplementando o programa da escola regular. Destina-se a duas categorias gerais de excepcionais: deficientes e superdotados e não difere da educação comum prevista para os educandos do grupo padrão, quer nos aspectos filosóficos, quer nos seus objetivos fundamentais.*¹

O que difere na educação especial "são as estratégias de ação que lhe são próprias e múltiplas, porque numerosa e variada é a sua clientela, que possui características também próprias e múltiplas".²

A educação especial constitui o elemento educacional do processo de reabilitação necessária a todos os que experimentam ou podem experimentar grandes e sucessivas dificuldades para aprender e para aproveitar as oportunidades oferecidas às demais pessoas pela educação normal.

Parte da educação geral, cujos fins e metas são essencialmente os mesmos para todas as crianças, a educação especial é processo educacional responsável pelo progresso individual de algumas crianças que requerem mudanças substanciais no programa educacional para terem seus direitos à aprendizagem preservados.

As dificuldades físicas, intelectuais e sociais manifestas pelos excepcionais não raro exigem da escola especial métodos e medidas muito específicos e especializados. As necessidades da criança deficiente podem incluir, por exemplo, recursos humanos altamente qualificados, como terapeutas diversos, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, médicos e professores especializados, entre outros. Com frequência, incluem recursos físicos específicos, como edifícios com rampas e sem escadas e grandes espaços livres. Incluem, ainda, recursos materiais apropriados como livros em Braille, globos em relevo, aparelhos auditivos, muletas e uma variedade enorme de outros materiais.

7.1. SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os especialistas concordam que os serviços de educação especial devem ser organizados de maneira a satisfazerem as necessidades de cada aluno e a conduzirem a metas claramente estabelecidas nos programas de estudos e a objetivos de curto prazo, que devem ser revistos regularmente a fim de serem feitas as correções necessárias.

Os serviços devem ser de âmbito geral, isto é, poder atender a todas as pessoas deles necessitados, seja qual for a idade ou o grau

*de deficiência, de maneira que nenhuma criança em idade escolar fique excluída do sistema educacional por motivo de sua deficiência, nem receba ensino reconhecidamente inferior ao de qualquer outro estudante.*³

Há diferentes tipos de instituições para o atendimento de cada tipo e grau de excepcionalidade. No Brasil, os serviços mais freqüentes no atendimento a crianças deficientes são:

- . serviço itinerante;
- . sala de recursos;
- . serviço de consultoria;
- . classe especial;
- . escolas especiais;
- . escolas-residência.

Existem, ainda, os serviços de profissionalização de excepcionais como as Oficinas Pedagógicas ou os Centros Ocupacionais.

A descrição sumária de cada tipo de serviço pode ser visto no Quadro 1.

7.2. O EXCEPCIONAL

A literatura científica mostra que o termo excepcional é aplicado indistintamente a todo indivíduo situado acima ou abaixo da norma das características de seu grupo padrão.

Na educação, o termo excepcional é utilizado para descrever o aluno cujas necessidades educacionais diferem consistentemente das do grupo padrão de crianças.

QUADRO 1

Descrição Sumária de Diferentes Tipos de Serviços ao Excepcional*

TIPO DE SERVIÇO	DESCRIÇÃO	CLIENTELA
1. Escola Especial	Instituição cuja característica é o emprego de vários especialistas para atenderem alunos excepcionais, especialmente aqueles em grau mais profundo de deficiência, com currículo adequado às suas necessidades.	Crianças e adolescentes mais intensamente comprometidos na sua deficiência.
2. Centro Ocupacional ou Oficina Pedagógica	É o serviço que emprega o trabalho manual para o desenvolvimento das capacidades do excepcional para aquisição de um trabalho produtivo e um ajustamento social. Seu programa deve conter avaliação, treinamento e ajustamento, colocação em ocupação remunerada (emprego competitivo ou trabalho protegido) além de educação complementar.	Adolescentes e adultos que, pelo seu grau de deficiência, não têm condições de frequentar os cursos regulares de formação profissional.
3. Oficina Protegida	É serviço que proporciona programas de trabalho, que compreendem a prestação de serviços remunerados para a indústria e comércio, em ambiente protegido, com orientação permanente.	Crianças e adolescentes que necessitam ainda certos pre-requisitos para acompanhar classes comuns do ensino regular.
4. Classe Especial	É uma classe em escola do ensino regular, destinada a atender, por professores especializados, alunos excepcionais, com currículo do ensino regular adaptado ao tipo e grau de excepcionalidade.	Crianças e adolescentes de classes comuns do ensino regular.
5. Sala de Recursos	É a sala equipada com recursos didáticos especiais, onde o aluno portador de alguma excepcionalidade, de sala comum, recebe atendimento complementar. A professora da sala de recursos pode ser especializada em uma só área ou ser mais generalista, atendendo dificuldades diferentes. Proporciona atendimento a crianças vindas de classes diferentes, por períodos curtos, por não todas de uma só vez.	

cont.

TIPO DE SERVIÇO	DESCRIÇÃO	CLIENTELA
6. Escola	Destina-se à residência do excepcional enquanto o mesmo frequenta uma escola ou exerça um trabalho protegido ou competitivo, quando a família ou o local em que reside não lhe proporcione condições para isso.	Crianças, adolescentes e adultos.
7. Serviço Itinerante	É serviço executado por professor especializado que se desloca periodicamente para dar assistência à criança que necessita de ensino suplementar ou tratamento especial seja na classe comum, em hospitais ou no lar.	
8. Serviço de Consultoria	É o serviço executado por professor, que deverá ser técnico em diagnóstico pedagógico e professor de ensino remediativo, que será o orientador do professor de excepcionais na maneira de tratar o aluno.	Professor do ensino regular e especial.
9. Classe Comum	Classe do sistema regular do ensino.	Crianças e adolescentes portadores de excepcionali_dades em grau que permita a frequência a essa classe

O aluno excepcional distingue-se por duas condições básicas:

- . apresenta desenvolvimento afastado das características do grupo padrão em uma ou mais áreas;
- . necessita de recursos educacionais especiais.

Alunos excepcionais são aqueles:

1. *que diferem acentuadamente da média normal em características físicas ou psicológicas;*
2. *que não se ajustam aos programas escolares elaborados para a maioria das crianças de modo a obter progresso desejável;*
3. *que necessitem, por conseguinte, de educação especial ou, em alguns casos, da colaboração de serviços especiais ou de ambos, para atingir um nível⁴ compatível com suas respectivas aptidões.*

Os estudiosos insistem na consideração de que uma criança será tida como educacionalmente excepcional apenas quando, para suprir suas necessidades, seja necessário mudar o programa escolar.

Criança excepcional é a que se desvia da criança média ou normal em:

1. *características mentais;*
2. *habilidades sensoriais;*
3. *características neuromusculares e físicas;*
4. *conduta social ou emocional;*
5. *habilidades de comunicação;*
6. *deficiências gerais em tal extensão que exige modificação das práticas da escola.*⁵

No Brasil, "o termo *excepcional* é interpretado de modo a incluir os mentalmente deficientes, as pessoas fisicamente prejudicadas, as emocionalmente desajustadas e inclusive as superdotadas, enfim, todas as pessoas que requerem consideração especial no lar, na escola e na sociedade".⁶

Em conclusão:

... excepcional é um termo usado para identificar crianças, adolescentes e adultos que se desviam acentuadamente, para cima ou para baixo, da norma de seu grupo em relação a uma ou várias características mentais, físicas ou sociais, ou qualquer combinação destes, de forma a criar um problema especial com referência à sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social.

7.3. A EXCEPCIONALIDADE

Para efeito de estudo e acompanhamento, os excepcionais são classificados segundo as áreas de desvio da normalidade que os caracterizam. Essa classificação, entretanto, varia muito na literatura científica. CABRAL & PIVA⁸ classificam os excepcionais em termos de sub e superdotação:

1. subdotados quanto aos aspectos:

- físico (defeitos morfológicos, deficiências sensoriais, lesões cerebrais, deficiências físicas variadas, moléstias crônicas, estados carenciais, etc.);

- psicológico (retardo, bloqueio ou perda de funções, desarmonias afetivas, etc.);

- social (estado de orfandade, abandono e marginalização).

2. Superdotados quanto aos aspectos:

- físico (higidez, beleza, força, agilidade, etc.);

- psicológico (inteligência superior, talento artístico , capacidade criadora, etc.);

- social (capacidade de liderança, capacidade de usufruir bens, etc.).

Para DUNN⁹ há doze tipos de excepcionalidade reunidos em sete áreas:

1. limitações intelectuais: retardados mentais educáveis e treináveis;

2. inteligência superior: os superdotados;

3. problemas de comportamento: distúrbios emocionais e de sajustes sociais;

4. problemas da palavra;

5. deficiências da visão: cegos e amblíopes;

6. deficiências da audição: surdos e hipoacústicos;

7. problemas neurológicos e físicos: deficientes físicos não sensoriais e os doentes crônicos.

TELFORD & SAWREY¹⁰, por sua vez, consideram seis áreas de desvio:

1. desvio intelectual: retardados mentais e superdotados;

2. desvio motor: os mutilados, os ortopedicamente deficientes, os defeituosos da fala e os epilêpticos;

3. desvio sensorial: o duro de ouvido, o surdo, o de visão parcial e o cego;

4. desvio da personalidade: os desajustamentos de personalidade, como neuroses e psicoses;

5. desvio social: delinqüentes juvenís e criminosos adultos;

6. desvio de ajustamento etário: problemas de velhice.

No Brasil, o Parecer 1682/74, do Conselho Federal de Educação, estabelece a seguinte classificação:

a) deficientes mentais:

- educáveis;

- treináveis;

- dependentes;

b) superdotados;

c) portadores de problemas de conduta;

d) portadores de deficiência múltipla;

e) deficientes da fala;

f) hipoacústicos;

g) deficientes da audiocomunicação;

h) visão reduzida;

i) cegos;

j) deficientes físicos não sensoriais.

Mais tarde, em 1978, o Conselho Estadual de Educação do Paraná, ao disciplinar o desenvolvimento das atividades destinadas ao atendimento de excepcionais, classificou-os em:¹¹

a) alunos deficientes mentais:

- educáveis;
- treináveis;
- dependentes;

b) alunos portadores de deficiência de audição:

- surdos (surdez grave);
- parcialmente surdos (hipoacústicos);

c) alunos portadores de distúrbios de linguagem;

d) alunos portadores de deficiência visual:

- cegos;
- parcialmente cegos (amblíopes);

e) alunos portadores de deficiência física não sensorial;

f) alunos portadores de problemas de conduta;

g) alunos portadores de deficiência múltipla;

h) alunos superdotados;

i) alunos portadores de distúrbios de aprendizagem.

7.4. CARACTERIZAÇÃO DA EXCEPCIONALIDADE

Tal qual os indivíduos considerados normais, os excepcionais apresentam grande número de características diferentes entre si. Entretanto, há muitas que são comuns a cada grupo de excepcionalidade. Essa é a descrição que se faz a seguir.

7.5. DEFICIÊNCIA MENTAL

Há quem faça distinção entre as expressões retardo mental e deficiência mental. Enquanto Terman¹² considera as expressões sinônimas, Dunn¹³ afirma que a deficiência mental refere-se às pessoas com graves condições patológicas e quociente de inteligência (QI) inferior a 50, enquanto retardo mental refere-se às pessoas com condições mais suaves em termos de gravidade e quociente mental superior a 50.¹⁴

A Associação Americana de Deficiência Mental, por sua vez, define retardo mental como funcionamento intelectual abaixo da média, originado durante o período de desenvolvimento e associado a um distúrbio no comportamento de adaptação.¹⁵ Além disso, a AAMD entende por funcionamento mental abaixo da média o nível de desempenho medido em um teste de inteligência e por conduta adaptativa as deficiências de maturação, aprendizagem e ajustamento social.¹⁶

O retardo ou deficiência mental apresenta-se em diferentes graus de intensidade, passíveis de avaliação clínica e de mensuração psicológica adequada: em 1905, BINET & SIMON criaram, na França, a Escala Métrica de Inteligência e STERN introduziu a noção de

quociente intelectual em 1916, quociente este que representa a relação entre a idade mental do indivíduo, medida através de testes, e sua idade cronológica.

Entre os indivíduos considerados normais, essa relação é constante em todas as idades e está em torno de 90 a 100 pontos. Acima dessas cifras localizam-se os superdotados e abaixo delas os retardados ou deficientes.

O Quadro 2 apresenta essa classificação.

QUADRO 2

Graus de Redução na Medida da Inteligência*

NÍVEIS DE REDUÇÃO	DIMINUIÇÃO NOS GRAUS DE MEDIDAS DE INTELIGÊNCIA	DESVIO PADRÃO	ESCORE DE QI PARA TESTES COM DP DE 15
1	Fronteiriço	0,01 a 2,00	70 a 84
2	Fraco	2,01 a 3,00	55 a 69
3	Moderado	3,01 a 4,00	40 a 54
4	Severo	4,01 a 5,00	25 a 39
5	Profundo	abaixo de 5,00	abaixo de 25

* FONTE: DUNN, 1975.

Os excepcionais sofrem várias outras classificações em termos educacionais.

DUNN classifica-os em educáveis (QI 50 a 75) e treináveis (QI 30 a 50), enquanto KIRK¹⁷ e JOHNSON¹⁸ os classificam como:

- de aprendizagem lenta (QI 80 a 90);
- educáveis (QI 50-55 a 75-79);
- treináveis (QI 30-35 a 50-55);
- dependentes (QI 25 a 30).

Esta última é a classificação que embasará este trabalho.

a) Criança de Aprendizagem Lenta

Nem sempre as dificuldades de natureza intelectual são as causas da ausência e/ou lentidão de aprendizagem para as crianças classificadas como de aprendizagem lenta e nas quais o quociente de inteligência varia entre 75 e 90 pontos. Outros fatores, como irregularidades glandulares, saúde deficiente, desnutrição, miséria, trabalho precoce e responsabilidade por encargos domésticos, interferem negativamente no processo.

Por outro lado, são características frequentes da criança limítrofes as dificuldades de atenção e concentração, pouca imaginação, insegurança, dependência, lentidão na aprendizagem da matemática, dificuldade de alfabetização, lentidão de raciocínio e compreensão e fraco rendimento geral.¹⁹

O melhor atendimento para essa criança de aprendizagem lenta é a integração na classe comum, desde que a elas sejam prestados cuidados individuais.

b) Criança Retardada Mental Educável

Dotado de limitada capacidade de raciocínio, abstração, generalização, associação e atenção, o excepcional educável pode ser alfabetizado entre nove e 12 anos e sua realização acadêmica não ultrapassará a 4a. série do 1º grau.

Entretanto, essa criança pode ajustar-se socialmente e desenvolver competência ocupacional que lhe garanta a independência econômica na vida adulta.

Em síntese, as potencialidades naturais do excepcional educável permitem o seu desenvolvimento em três áreas:

- . aprendizagem de assuntos escolares de nível elementar;
- . ajustamento social.
- . competência ocupacional em atividades simples.

O atendimento à criança retardada mental educável deve ser feito em escola comum, em sala com recursos adequados ou classe especial. As atividades não acadêmicas deverão ocorrer em conjunto com as crianças ditas normais.

c) Criança Retardada Mental Treinável

Detentora de graves limitações, a criança excepcional treinável não tem condições de beneficiar-se do programa escolar formal e, portanto, não chega a aprender os conteúdos acadêmicos mais elementares. Suas limitações na aprendizagem da escrita, da leitura e da aritmética são insuperáveis. Entretanto, pode ser treinada a memorizar ou mesmo a aprender algumas palavras e conceitos aritméticos simples.

Na maioria dos casos, o significativo atraso no andar e no falar denuncia o retardo logo nos primeiros anos de vida. Quando adultos, sua vida mental é de quatro a oito anos, motivo pelo qual espera-se que possam desenvolver e fixar hábitos higiênicos, cuidados pessoais e habilidades elementares de socialização e comunicação oral.

Seu atendimento é bastante especializado e deve ser feito em escolas especiais.

d) Criança Retardada Mental Dependente

Dado o retardo mental severo de que é portador, o excepcional dependente não tem possibilidade de desenvolver habilidades de cuidados pessoais, socialização e comunicação oral. Sua idade mental na vida adulta é de aproximadamente três anos, motivo pelo qual dependerá dos cuidados alheios durante toda a sua existência.

O atendimento ao excepcional dependente tem que ser feito obrigatoriamente em clínicas e escolas especiais equipadas para o trato da deficiência mental profunda.

7.6. CRIANÇA DEFICIENTE FÍSICA

São três as categorias em que as deficiências físicas estão classificadas:²⁰

- . deficiências físicas causadas por alterações ortopédicas (poliomielite, hemofilia, artrite, distrofia muscular, deformações congênitas, fraturas, etc.);

- . deficiências físicas devidas a outros problemas de saúde (febre reumática, diabetes, nefropatias, tuberculose, etc.);

- . deficiências físicas causadas por alterações neurológicas (paralisia cerebral, epilepsia e outros comprometimentos cerebrais).

Além dessas deficiências, há ainda outras duas: a surdez e a cegueira, sobre as quais não foram tecidas maiores considerações por não se constituírem tema central desta pesquisa.

Nem sempre essas deficiências são acompanhadas por baixo nível de inteligência, razão pela qual as providências a serem tomadas do ponto de vista educacional relacionam-se a modificações e adaptações da escola comum com o objetivo de facilitar a aprendizagem dos programas educativos.

O currículo deve ser similar ao oferecido às crianças não deficientes, devendo, entretanto, conter estratégias de atendimento especial às limitações físicas e mentais das crianças.

O atendimento a esses excepcionais deve ser feito em classes especiais quanto, embora tenham possibilidades de locomoção, apresentem dificuldades intelectuais e, em classes regulares, quando o grau de deficiência física for leve e não houver qualquer comprometimento intelectual.

7.7. OUTRAS EXCEPCIONALIDADES

São consideradas excepcionais também as crianças superdotadas, as que apresentam distúrbios específicos de aprendizagem, como percepção e discriminação visual e auditiva pobres, lentidão na compreensão de conceitos, habilidade mínima de motricidade e verbalização e dificuldades de expressão; as que manifestam problemas de conduta; as que apresentam distúrbios de linguagem e as que portam deficiência múltipla, ou seja, dificuldades em mais de uma área.

Apesar, porém do rebaixamento intelectual da criança portadora de deficiência mental, é mister seja ela educada e integrada na sociedade a que pertence, por meio de uma habilitação

profissional condizente com seus interesses e necessidades. Assim é que, atualmente, vários indivíduos, devido a esse processo de ação, já se encontram engajados no mercado de trabalho, sendo úteis não só à sua própria comunidade como também a eles mesmos.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1. PROCOTTE, A. Proposta curricular para sensibilização de alunos de curso de magistério a nível de 2º grau, em relação a crianças excepcionais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1981. p. 34.
2. EDLER, R. Enfoque sistêmico da educação especial. In: PEREIRA, O. et alii. Educação especial - atuais desafios. Rio de Janeiro, Interamericana, 1980.
3. CORREIO DA UNESCO. A UNESCO e a educação de crianças deficientes. São Paulo, 1981, nº 8, p. 12-15.
4. DUNN, L.M. Crianças excepcionais - seus problemas, sua educação. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1975. p. 2.
5. KIRK, S. Educating exceptional children. Boston, Houghton Mifflin Co., 1972. p. 4.
6. DOCUMENTA. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal da Educação. Brasília, 1974. nº 163, p. 48.
7. ALVIM, C.F. Vocabulário de termos psicológicos e psiquiátricos. Belho Horizonte, Imprensa Oficial, 1975. p. 85.
8. CA3RAL, R. & PIVA, S. R. Educação especial de subdota dos. Porto Alegre, Sulina, 1975. p. 23.
9. DUNN, L. M. p. 6.
10. TELFORD, C. W. & SAWREY, J. M. O indivíduo excepcional. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 34.
11. DOCUMENTA. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Brasília, 1974. nº 163, p. 48.
12. PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Indicação 002/78, 1978. p. 4.
13. KIRK, S. p. 8.
14. DUNN, L.M. p. 54.
15. DUNN, L. M. p. 54.
16. KIRK, S. p. 163.

17. KIRK, S. p. 163.

13. KIRK, S. p. 164.

19. CRUICKSHANK, W.M. & JOHNSON, O. A educação da criança e do jovem excepcionais. Porto Alegre, Globo, 1974. v. 1, p. 207.

20. MACHADO, M.T.C. Ensinando crianças excepcionais. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971. p. 49.

8. O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO DEFICIENTE MENTAL

Conforme PEREIRA (1977), normalização em educação significa que o excepcional tenha as mesmas oportunidades que são dadas aos indivíduos normais para desenvolver suas potencialidades, através de condições adequadas de educação, sendo que o resultado final do "processo de normalização é a integração do excepcional".¹ Assim, considera habilitação como sinônimo de educação. No processo de habilitação, os indivíduos são educados através de programas básicos que lhes proporcionam aquisição de hábitos, atitudes, experiências indispensáveis para seu ajustamento profissional no futuro, tanto em trabalho protegido como competitivo.

*As crianças excepcionais requerem métodos de ensino, equipamentos e instalações físicas especiais, a fim de satisfazer suas necessidades pessoais e sociais. A finalidade da educação especial, mediante essas provisões especiais, é habilitar as crianças excepcionais a realizarem suas potencialidades de desenvolvimento tão completamente quanto possível e minimizar as inferioridades resultantes de suas incapacidades.*²

Num mundo competitivo, onde só há lugar para aqueles "devidamente treinados, especializados, habilitados uns, reabilitados outros, capazes todos de executarem tarefas a eles exigidas num conceito de normalização".³

KRINSKI, ao fazer a apresentação do livro Habilitação do Deficiente Mental para o Trabalho, salienta a realidade do mundo atual que caminha cada vez mais para um esquema de habilitação em vários níveis.

Para haver preparo profissional que habilite o deficiente mental para o trabalho conforme CANZIANI (1979), há necessidade anteriormente de um preparo geral. O deficiente mental deverá passar pelos seguintes níveis:

a) O nível educacional inicia-se quando o deficiente mental ingressa na escola especial, onde há preparo para ajustamento social, com atividades relativas ao desenvolvimento das atitudes e hábitos de vida diária, de independência, de tolerância ao trabalho, de responsabilidade, de pontualidade, de relacionamento com o grupo, desenvolvimento da linguagem, da psicomotricidade, orientação espacial, de orientação temporal, das funções intelectuais do treinamento sensorial. São dadas também noções fundamentais de escrita, aritmética e leitura. Esta etapa educacional estende-se até os 14 anos.

b) A outra etapa é o desenvolvimento pré-vocacional do deficiente mental que visa ao desenvolvimento de habilidades e aptidões para uma futura ocupação em emprego protegido ou competitivo. Nesta etapa é realizada a sondagem de aptidões através de avaliação vocacional, por meio da qual são estudadas e analisadas as atitudes, as reações do aprendiz, suas dificuldades e condições de adaptação ao trabalho por uma equipe multidisciplinar.

c) A nível vocacional, o deficiente mental com idade cronológica mínima de 15 anos passa a ter o treinamento profissional em Oficinas Pedagógicas, ambas consideradas como recursos de profissionalização.

A Oficina Pedagógica é o recurso de assistência educativa que emprega o trabalho manual com meio de educação e recuperação, aliado a outras formas de atividades, como a música, os esportes, várias técnicas de trabalho manual, de artesanatos, de atividades livres, etc. Destina-se a adolescentes e adultos desajustados que, pelo seu desenvolvimento mental ou caráter, não podem frequentar normalmente os cursos escolares, oficinas, escritórios ou outro local de trabalho profissional, permitindo-lhes uma forma intermediária, *sui generis*, entre atividades escolares e trabalho produtivo. A orientação do deficiente mental para o trabalho costuma enfrentar enormes dificuldades para escolhas profissionais. Os fatores relacionados diretamente com as exigências de ordem intelectual restringem a escolha, mesmo dentro de um quadro amplo de funções profissionais. Neste caso, a habilitação caracteriza-se como um processo dinâmico que, em fases distintas, compreensivas e sequenciais, leva o deficiente, através de programas específicos e especializados, a partir da configuração diagnóstica do quadro de deficiência, até a sua integração na Comunidade.

A educação do deficiente mental, nos aspectos de habilitação e orientação profissional, são dadas, pois, em Oficinas Pedagógicas, num primeiro momento.

Posteriormente, tendo cumprido todas as atividades programadas para o trabalho na Oficina Pedagógica, é o deficiente mental encaminhado para o **segundo** recurso de profissionalização:

"Esta é qualquer forma de emprego produtivo e remunerado, realizado em condições especiais, a fim de atender às necessidades temporárias e permanentes de excepcionais".⁴

A Oficina Protegida é uma organização particular, sem finalidade de lucro, com o objetivo de reabilitação para deficientes físicos, mentais ou sociais, provendo esses indivíduos de empregos remunerados e de uma ou mais atividades de natureza educacional, psicossocial, terapêutica, conduzindo à reabilitação.

O Serviço Social desempenha seu papel integrado à equipe multidisciplinar, intervindo nas etapas de avaliação, acompanhamento e colocação do deficiente mental e, paralelamente, extrapola sua ação a nível da escola, família e comunidade num processo educativo global.

Em relação ao aluno, o trabalho é direcionado aos aspectos de preparação para a vida social e profissional, mediante orientação para o desenvolvimento de hábitos e atitudes pessoais e profissionais, adequadas às normas de comportamento para o convívio em sociedade. Esta ação culmina com o engajamento do deficiente mental em situações de trabalho condizentes com suas potencialidades e aptidões, através de duas modalidades: trabalho competitivo e trabalho protegido.

Em relação à escola, o Serviço Social participa nas etapas do processo de habilitação do deficiente mental nas Oficinas Pedagógicas, que tem como objetivo prioritário o seu treinamento profissional e seu ajustamento social, para então colocá-lo em trabalho competitivo ou protegido.

No que tange à família a intervenção do Serviço Social se caracteriza pela orientação adequada, conforme os princípios básicos da educação especial, para que o deficiente mental encontre, na dinâmica familiar, compreensão e aceitação como pessoa capaz de desenvolver-se e conviver socialmente.

Junto à comunidade, o Serviço Social realiza um trabalho que pretende a conscientização da importância da participação comunitária frente aos objetivos de integração do deficiente mental para que este possa usufruir de benefícios auferidos às demais pessoas. Nesse processo, a ação do Serviço Social é operacionalizada através de visitas a empresas, utilizando-se do processo de Serviço Social de casos, através de tratamento indireto com empresários, por meio de entrevista estruturada.

Depois de realizar uma avaliação do deficiente mental junto com a equipe multidisciplinar quanto às condições de ingresso em trabalho competitivo ou de trabalho protegido, o Serviço Social prossegue entrevistando o cliente, procurando compreender sua personalidade, seu padrão de comportamento, suas necessidades e conflitos. A família e o aluno são solicitados a participar de entrevistas e reuniões e nessas oportunidades explica-se ao deficiente mental e à sua família como serão as atividades de tratamento social, a fim de que o aluno adquira condições para se ajustar em ambientes de trabalho, tanto em Oficina Protegida, como em empresa na comunidade.

A partir da interação estabelecida pelo deficiente mental com o meio, diminui o grau de distância social existente entre indivíduos excepcionais e indivíduos normais. De acordo com a definição de LEÃO (1974), *"a distância social é o afastamento existente entre os membros de um grupo ou dos grupos em relação uns com os outros"*.

Isto posto, cumpre esclarecer de maneira objetiva, como se dá o encaminhamento do deficiente mental de um recurso de profissionalização para outro.

Assim sendo, julgou-se procedente explicar o processo adotado no CENTRO de Habilitação Profissional "*Mercedes Stresser*" , a fim de que a teoria exposta anteriormente tomasse configuração prática, mesmo sabendo que termos serão repetidos, estes, porém, devidos à caracterização que se pretende dar ao referido encaminhamento.

8.1. O ALUNO NOS PROGRAMAS DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL "*MERCEDES STRESSER*"

Ao ingressar no Centro de Habilitação Profissional, o candidato é submetido a uma avaliação pela equipe multidisciplinar.

De acordo com suas características, potencialidades e limitações, ser-lhe-á traçado um programa dentro das formas de atendimento do centro: Oficina Pedagógica e Oficina Protegida.

Uma vez habilitado em Oficina Pedagógica para se integrar no trabalho competitivo, conforme explicação anterior, o aprendiz passa por uma nova avaliação e é encaminhado a um emprego, previamente pesquisado e catalogado pelo Serviço Social, de acordo com análise operacional de tarefas.

Nem todos os aprendizes competem ao mercado de trabalho . Há sempre aqueles que, por suas características pessoais e suas limitações na área do aprendizado e do ajustamento social, necessitam de supervisão no desempenho de uma atividade produtiva. Es

tes permanecem, então, no Programa de Oficina Protegida, em que a maior fonte de trabalho é o programa de subcontrato com a participação de empresas da comunidade.

Não há prazo estipulado para a frequência da Oficina Protegida. O trabalhador excepcional deficiente mental aí permanecerá o tempo que lhes convier, talvez durante toda a sua vida, participando como elemento ajustado, produtivo, útil a si mesmo e à comunidade em que vive.

Assim, o centro de Habilitação Profissional proporciona a cada aprendiz, a oportunidade de progredir de acordo com seu ritmo, traduzindo, desta maneira, a educação especial, a oportunidade de oferecer ao deficiente mental o desenvolvimento de sua capacidade de ser útil à sociedade, através de trabalho protegido ou competitivo.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1. PEREIRA, Olívia da Silva. Integração do excepcional na força do trabalho. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, CENESP, 1977. p. 14.

2. TELFORD, W. Charles & SAWREY, M. James. O indivíduo excepcional. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1978. p. 104.

3. VERONEZI, Roberto Francisco. Habilitação profissional do deficiente mental para o trabalho. 1. ed., São Paulo, MEC/APAE-CENESP, 1979. p. 17.

4. CANZIANI, Maria de Lourdes. Orientação para o trabalho. Curso de Atualização de Diretores de Programas Especiais. Departamento de Educação Especial. Junho 1979. p. 7.

9. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA "MERCEDES STRESSER"

A Escola Mercedes Stresser, situada à rua Augusto Stelfeld, 1.190, em Curitiba foi fundada em 10/04/1961. Em agosto de 1973 recebeu sua atual estrutura de Centro de Habilitação Profissional.

Mantido pela Associação de Assistência ao Excepcional do Paraná, conveniada com a Secretaria de Educação e supervisionado pelo Departamento de Educação Especial, este Centro atende a alunos deficientes mentais de nível educável e treinável (leve e moderado), a partir de 15 anos de idade cronológica.

São alunos que não têm condições de frequentar outras escolas ou cursos profissionalizantes da comunidade.

Através da Orientação Profissional e Treinamento, o objetivo final é a incorporação do excepcional portador de deficiência mental no mercado de trabalho, quer seja na forma competitiva, quer na forma protegida.

O Centro de Habilitação Profissional Mercedes Stresser possui a seguinte estrutura básica: Setor Administrativo, Setor de Acompanhamento, Aconselhamento e Colocação, Setor de Atualização Cultural, Oficina Pedagógica e Oficina Protegida, e tem como órgão cooperador o Clube de Mães.

Esta estrutura é dinamizada por uma equipe multi e interdisciplinar, constituída de Assistente Social, psicólogo clínico, fonoaudiólogo, técnicos em aprendizagem profissional, professores especializados e outros auxiliares.

9.1. O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL "MERCEDES STRESSER"

A programação do Serviço Social no Centro de Habilitação Profissional consiste em:

9.1.1. A nível de **Atendimento ao Aluno**: estudo, acompanhamento e avaliação durante todo o processo educativo, da cliente-la atendida na Oficina Pedagógica e Oficina Protegida, orientando-o para um melhor aproveitamento de suas potencialidades, objetivando maior integração no ambiente escolar, familiar e na comunidade.

9.1.1.1. Programas Específicos:

a) Orientação profissional.

Objetivo: Habilitar os adolescentes excepcionais para que reúnam condições de ingressar no mercado de trabalho e/ou curso profissionalizante e, assim, garantir-lhe futuramente a independência econômica.

b) Bolsa de trabalho para excepcionais.

Objetivos: proporcionar ao aluno excepcional oportunidades para realização de experiências profissionais, prevendo seu engajamento no mercado de trabalho.

Oportunizar às empresas o conhecimento das condições de trabalho do excepcional.

9.2. A nível de Atendimento à Família:

Anamnese Social quanto aos aspectos de composição familiar, recreação e relacionamento, estudo sócio-econômico, orientação para a continuidade do processo educativo do aluno, orientando para a utilização de transporte e benefícios de entidades previdenciárias.

9.2.1. Programa Específico:

a) Clube de Mães.

Objetivos: conscientizar as mães sobre o processo educativo do aluno excepcional, visando à sua orientação e à sua participação na solução de problemas e despertar seu interesse para dinamizarem programas educativos e captar recursos em benefício do aluno excepcional e respectivos familiares, principalmente os pais dos carentes.

9.3. A nível de Integração de Serviços:

9.3.1. Junto ao Centro de Habilitação Profissional "*Mercedes Stresser*": reuniões da equipe multidisciplinar para estudo, acompanhamento e avaliação dos alunos.

9.3.2. Junto a comunidade: esclarecimentos e divulgação das atividades do centro, e das potencialidades do excepcional deficiente mental, pesquisa do mercado de trabalho, subcontrato e recursos profissionalizantes; captação de recursos materiais e humanos.

9.4. A nível de Atendimento à Estagiários:

Supervisão através de acompanhamento, controle e avaliação das atividades, objetivando a formação profissional dos estagiários de cursos de Serviço Social.

9.4.1. Participação em Programas da Comunidade:

Encontros, seminários, cursos de extensão, círculos de estudo e outras atividades.

Pode-se constatar, do exposto, que o Assistente Social desempenha uma função importante no Centro de Habilitação Profissional "*Mercedes Stresser*": o de ligação entre escola, família, educando e comunidade em geral, além de exercer atividades que extrapolam seu próprio raio de ação no âmbito do Centro Educacional.

É incontestável, pois, a ação do Assistente Social em qualquer área de trabalho, muito embora suas reais funções não tenham recebido mérito por parte da sociedade.

RESULTADO E CONCLUSÕES

Da pesquisa efetuada sobre a importância da atuação do Assistente Social nos programas de habilitação profissional de indivíduos deficientes mentais conclui-se que:

a) O papel do Assistente Social inexistente, tal como é concebido na realidade do sistema de educação deste país;

b) a evolução ou o histórico que foi apresentado neste trabalho deixa evidenciar que o Serviço Social ainda não se reposicionou em relação a ele como ciência e como uma atividade que não se restringe a meras anotações das situações familiares e ou individuais, deixando a desejar muito mais do que se poderia supor;

c) é óbvio que a ação desenvolvida pelo Assistente Social no Centro de Habilitação Profissional Mercedes Stresser, não pode ser considerado, nesta pesquisa, como o universo geral do verdadeiro trabalho que um Assistente Social deva desenvolver.

Todavia, no decorrer deste estudo, encontra-se dados que permitem seja afirmado que o papel do Assistente Social na habilitação profissional do Deficiente Mental possa se caracterizar por estas funções e tarefas:

1. conhecimento dos diversos tipos de deficientes mentais a fim de opinar seu tratamento com objetividade, precisão e domínio do assunto;

2. conhecimento dos diferentes tipos de instituições para o atendimento de cada tipo e grau de excepcionalidade;

3. ter conhecimento da real função do Assistente Social , na equipe multidisciplinar, no processo de habilitação profissional do deficiente mental;

4. participar nas atividades da Oficina Pedagógica e da Oficina Protegida, a fim que não confundir as ações desenvolvidas numa e outra, ocasionando mal direcionamento profissional;

5. visitas e entrevistas periódicas aos familiares do aluno a ser encaminhado para habilitação profissional;

6. realização freqüente de reuniões com outros Assistentes Sociais que atuam em escolas especiais e que posteriormente aqueles alunos, serão encaminhados para a Habilitação profissional.

O agir do Serviço Social vem alcançando um espaço cada vez mais próximo daquele que vê o excepcional como um incapacitado . Isto ocorre à medida que é evidenciado a ação do Assistente Social, nos programas de Habilitação profissional do Deficiente Mental, em seu conteúdo teórico e no exercício da prática.

Isto posto, e, considerando atingidos os objetivos propostos nesta monografia, acredita-se ser de todo conveniente que o papel atribuído ao Assistente Social, conforme exposto anteriormente, deva se constituir em tema de debates ou discussões em encontros específicos de profissionais da área ou possa subsidiar outras pesquisas que venham a enriquecer esta que ora é apresentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Antonio Geraldo. Serviço social e filosofia. São Paulo, 2. ed. Cortez Editora, 1982.
- BARBOSA, Mário da Costa. O serviço social como práxis. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, vol. 6, 1979.
- BARREX, Juan. História del servicio social: hoy en el servicio social. nº 16-17, 1973.
- CABRAL, R. & PAIVA, S.R. Educação especial de subdotados. Porto Alegre, Sulinas, 1975.
- CANZIANI, Maria de Lourdes. Orientação para o trabalho. Curitiba, Curso de Atualização de Diretores de Programas Especiais, Departamento de Educação Especial, 1979.
- CORDÃO, João Porfírio de Lima. Profissionalização do excepcional. 3. ed., São Paulo, Revista Mensagem, APAE, 1977.
- COX, Harverey. A cidade de Deus. 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1958.
- CRUICKSHANK, W. M. & JOHNSON, O. A educação da criança e do jovem excepcionais. Porto Alegre, Globo, 1974. v. 1.
- DOCUMENTA. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal da Educação. Brasília, 1974. nº 163.
- DOCUMENTO DE ARAXÁ. Debates Sociais, suplemento nº 4, 5. ed., Rio de Janeiro, CBCISS, 1967.
- DOCUMENTO DE SUMARÉ. Debates Sociais, suplemento nº 8, 2. ed., Rio de Janeiro, CBCISS, 1980.
- DOCUMENTO DE TERESÓPOLIS. Debates Sociais, suplemento nº 4, 5. ed., Rio de Janeiro, CBCISS, 1968.
- DUNN, Lioya M. Crianças excepcionais, seus problemas, sua educação. vol. I e II. Rio de Janeiro, Livro Técnico S/A, 1971.
- EDLER, R. Enfoque sistêmico da educação especial. In: PEREIRA, O. et alii. Educação especial atuais desafios. Rio de Janeiro, Interamericana, 1980.

FALCÃO, Maria do Carmo B. A prática direta no serviço social. 2. ed., São Paulo, Cadernos PUC, 1973.

IAMANOTO, Marilda & CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil. 2. ed., São Paulo, Cortez, 1983.

KIRK, S. Educating exceptional children. Boston, Houghton Mifflin Co., 1972.

KRINSKI, Stanislaw. Novos rumos da deficiência mental. São Paulo, Ateneu, 1983.

LIMA, Arlete Alves. Serviço social no Brasil e a ideologia de uma década. 2. ed., São Paulo, Cortez Editora, 1982.

MACEDO, Myrtes de Aguiar. Reconceituação do serviço social formulações diagnósticas. São Paulo, Cortez, 1981.

MACHADO, M. T.C. Ensinando crianças excepcionais. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972.

MAGALHÃES, Leila Vello. Metodologia do serviço social na América Latina. 2. ed., Rio de Janeiro, Cortez, 1982.

NORTHEN, Helen. Serviço social com grupos. Rio de Janeiro, Agir, 1974.

O CORREIO DA UNESCO. A UNESCO e a educação de crianças deficientes. São Paulo, 1981. nº 8.

PEREIRA, Olívia da Silva. Integração do excepcional na força de trabalho. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, CENESP, 1977.

PROCOTTE, A. Proposta curricular para sensibilização de alunos de curso de magistério a nível de 2º grau, em relação a crianças excepcionais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1981.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil - 1930/1973. Petrópolis, Vozes, 1978.

SANA, René. Le service social atravers le monole. Paris, Amand Cohin, 1932.

SPOSATI, Adaíza de Oliveira. A participação e o pôr-se em movimento. São Paulo, Serviço & Sociedade, (9):43- 56, ag. 1982.

TEL福德, W. Charles & SAWREY, M. James. O indivíduo excepcional. 1. ed., Rio de Janeiro, PUC, Editora Zahar, 1978.

VERONEZI, Roberto Francisco. Habilitação profissional do deficiente mental para o trabalho. 1. ed., São Paulo, APAE-CENESP, 1979.

VIEIRA, Balbina Ottoni. História do serviço social: contribuição para a constituição de sua teoria. Rio de Janeiro, Agir, 1978.

A N E X O S

CENTRO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

"MERCEDES STRESSER"

Programa Mantido pela :
Associação de Assistência ao Excepcional
do Paraná

Supervisão: Departamento de Educação
Especial/SEED



Elaborado pela Equipe Técnica do C.H.P.
"MERCEDES STRESSER"

Rua Augusto Steinfeld, 1190 - Telefone : 224-9626
80.000 Curitiba - Paraná

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Que fazem entre si a AAEP - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL DO PARANÁ, estabelecida à Rua Augusto Stelfeld, nº 1.190 - Fone: 242-6264 e _____ estabelecida à _____ Fone: _____

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AAEP - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL DO PARANÁ, estabelecida à Rua Augusto Stelfeld nº 1.190, Curitiba, Paraná, devidamente inscrita no C.G.C. do M.F. sob o nº 76.675.552/0001-61, doravante denominada "CONTRATADA", neste ato representada pelo seu Diretor:

e de outro lado _____ estabelecida à _____ devidamente inscrita no C.G.C. do M.F. sob nº _____ doravante denominada "CONTRATANTE", neste ato representada pelo Sr. _____ tem justo e combinados a celebração do presente contrato, o que fazem sob as cláusulas seguintes:.

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1 - A CONTRATANTE contrata os serviços da CONTRATADA para os trabalhos de: _____ compreendendo as seguintes operações:

- a - _____
- b - _____
- c - _____
- d - _____
- e - _____

II- CLÁUSULA SEGUNDA - LOCAL DOS TRABALHOS

1 - Os trabalhos descritos na cláusula primeira serão executados nas oficinas da CONTRATADA situadas à Rua Augusto Stelfeld, 1.190 - Curitiba-Paraná.

III-CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO

- 1 - A CONTRATANTE pagará a contratada a quantia correspondente à produção efetuada de _____, na base de Cr\$ _____ por _____ pelo material produzido e entregue.
- 2 - Os pagamentos referidos no item anterior serão mensais e compreenderão a produção efetuada no mês anterior - de tal sorte que no dia _____ de cada mês será efetuado o pagamento referente a já citada produção.
- 3 - A cada pagamento realizado pela CONTRATANTE, será emitido um recibo de Prestação de Serviço pela CONTRATADA.

IV -CLÁUSULA QUARTA - PRAZO

- 1 - O prazo de duração do presente contrato é por tempo indeterminado, iniciando na data de ____ de ____ de ____.
- 2 - Qualquer das partes poderá rescindir este contrato, a qualquer tempo, desde que se manifeste por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 3 - No caso previsto no item 2 da cláusula quarta nenhuma das partes incorrerá em multa.
- 4 - A rescisão deste contrato sem a obediência ao aviso prévio previsto no item 2 da cláusula quarta, obrigará ao desistente o pagamento de valor igual ao devido pelo serviços executados na última quinzena ou será devido o pagamento de Cr\$ _____ a título de indenização por danos causados com a rescisão deste contrato.

V - CLÁUSULA QUINTA - ONUS E ENCARGOS

- 1 - Todos os onus fiscais que incidam sobre as operações descritas na cláusula primeira serão da exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- 2 - Todos os demais onus fiscais que incidam sobre o produto serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATANTE.

VI - CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

- 1 - Entregar, às suas exclusivas expensas, nas oficinas da CONTRATADA à Rua Augusto Stelfeld, 1.190, todo o material necessário às operações descritas na cláusula primeira.
- 2 - Retirar do mesmo endereço e nas mesmas condições acima expressas o produto acabado segundo o previsto na cláusula primeira.
- 3 - Providenciar toda a documentação fiscal exigida por lei para o trânsito dos materiais e produto objeto deste contrato.
- 4 - Efetuar à CONTRATADA os pagamentos nos prazos e quantias previstas na cláusula terceira.
- 5 - Colocar, por empréstimos, nas oficinas da CONTRATADA o seguinte material necessário a execução das operações referidas na cláusula primeira, (relação do material)
 - a - _____
 - b - _____
 - c - _____
 - d - _____
 - e - _____
- 6 - _____

II-CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

- 1 - Executar os trabalhos e operações previstas na Cláusula Primeira de modo a obter um produto final de acordo com as especificações da CONTRATANTE.
- 2 - Refazer, as suas expensas, o trabalho das peças julgadas imperfeitas pela CONTRATANTE.
- 3 - Permitir que a CONTRATANTE exerça o controle de qualidade, por pessoa credenciada, durante a execução dos trabalhos em suas oficinas.
- 4 - Devolver a CONTRATANTE, quando determinar, os materiais e equipamentos relacionados na Cláusula Sexta (item 5).

II-CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1 - No período destinado a férias coletivas dos alunos da CONTRATADA, regido pelo Calendário Escolar, não será exigido pela CONTRATANTE qualquer produção na forma estabelecida neste contrato.
- 2 - Em princípio as férias coletivas referidas no item anterior são as seguintes:
DE ____/____/____ à ____/____/____.
DE ____/____/____ à ____/____/____.
- 3 - Cabe a CONTRATANTE efetuar a programação de sua produção de sorte a observar o previsto no item anterior.

X -CLÁUSULA NONA - JUSTIÇA E FÔRO

- 1 - O fôro do presente contrato, para qualquer questão oriunda das relações entre os contratantes, será na Comarca de Curitiba - Estado do Paraná.

E assim, por estarem justos e contratados firmam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença de 2 (duas) testemunhas.

Curitiba, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

- _____

- _____